

**“SOMOS PELA LIBERDADE DE CONHECER, ENTENDIDA
COMO A MAIS AMPLA OPORTUNIDADE DE ADQUIRIR
CONHECIMENTOS DE NÍVEL SUPERIOR”¹:
A CONSTITUIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE EM PASSO FUNDO
(DÉC. DE 1950-1960)²**

**“We stand for the freedom to know, understood as the broadest
opportunity to access higher education”: the establishment of a
University in Passo Fundo (1950s-1960s)**

**“Estamos a favor de la libertad de conocer, entendida como la más
amplia oportunidad de adquirir conocimientos de educación
superior”: la constitución de una Universidad en Passo Fundo
(décadas de 1950-1960)**

Gizele Zanotto³

Resumo:

O artigo analisa o esforço comunitário mobilizador de um sonho, a constituição de uma universidade no noroeste sul riograndense para atender aos anseios por formação continuada e a manutenção dos formados na região. Para tanto, parte da análise de documentos de época da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), criada em 1950, e do Consórcio Universitário Católico (CUC), capitaneado pelo bispo de Passo Fundo e criado em 1956. Deste a criação da CUC salientou-se a possível abertura à incorporação dos cursos do Consórcio a futura Universidade de Passo Fundo, fato que ocorreu, após continuados debates, a partir de 1961, com a assinatura de convênio entre as partes. Entre iniciativas de estadualização, federalização e fusão, constituiu-se um ambiente apto a Universidade, após a criação de

sua mantenedora, a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) em 1967 e, no ano seguinte, em meio a polêmicas, conflitos político-partidários, contexto ditatorial e outras questões, a formalização da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Palavras-chave: Universidade de Passo Fundo. Ensino superior. Instituição comunitária.

Abstract:

This article analyzes the communitary effort that mobilized a dream, the constitution of a university in the Northwest of Rio Grande do Sul to meet the desires for continuing education and to keep graduates in the region. To this end, it begins from the analysis of period documents from the Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), created in 1950, and the Consórcio Universitário Católico (CUC), led by the Bishop of Passo Fundo and established in 1956. Since the creation of the CUC, the possibility of incorporating the Consortium's courses into the future University of Passo Fundo was highlighted, a fact that happened, after continuing debates, from 1961 onwards, with the signing of an agreement between the parties. Initiatives for state and federal control and merger, a suitable environment for the university was established. This followed the creation of its maintaining body, the Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), in 1967. In the following year, despite controversies, party-political issues, a dictatorial context and other issues, the formalization of the Universidade de Passo Fundo (UPF).

Keywords: University of Passo Fundo. Higher education. Community-based institution.

Resumen:

El artículo analiza el esfuerzo comunitario movilizador de un sueño: la constitución de una universidad en el noroeste del estado de Rio Grande do Sul, con el objetivo de atender a las aspiraciones de formación continua y favorecer la permanencia de los egresados en la región. Para ello, se parte del análisis de documentos de la época pertenecientes a la Sociedad Pro-Universidad de Passo Fundo (SPU), creada en 1950, y al Consorcio Universitario Católico (CUC), liderado por el obispo de Passo Fundo y fundado en 1956. Desde la creación del CUC se destacó la posible incorporación de sus cursos a la futura Universidad de Passo Fundo, hecho que se concretó, tras continuos debates, a partir de 1961, con la firma de un convenio entre las partes. Entre iniciativas de estatalización, federalización y fusión, se constituyó un ambiente propicio para la universidad, lo que se concretó con la creación de su entidad mantenedora, la Fundación Universidad de Passo Fundo (FUPF), en 1967 y, al año siguiente, en medio de polémicas, cuestiones político-partidarias, contexto dictatorial y otros factores, la formalización de la Universidad de Passo Fundo (UPF).

Palabras-clave: Universidad de Passo Fundo. Educación superior. Institución comunitária.

“Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Passo Fundo, tiveram lugar as festividades e os atos solenes, relativos à instalação da Universidade de Passo Fundo e posse dos membros que compõem sua primeira Reitoria” (Apud GUARESCHI, v. 2, 2001, p. 49).

Celso da Cunha Fiori, então vice-presidente da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), inicia a ata de instalação da Universidade de Passo Fundo (UPF) nesses termos. Tal júbilo e conquista são resultado de um trabalho intenso, cheio de dificuldades, tensões, conflitos, articulações e vitórias que de certo modo conformaram o ideal exposto pelo jornalista Antônio Donin de criação de uma instituição de ensino superior no noroeste do Rio Grande do Sul.

Desse desejo, houve a busca de apoio junto a Mucio de Castro, João Junqueira da Rocha, César Santos (então presidente local do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) e outras personalidades locais. O empreendimento pró-universidade mobilizou as lideranças e a comunidade local e regional. Num trabalho contínuo, coletivo e ousado, a futura UPF foi sendo constituída pelo labor altruísta, abnegado, mas também interessado e implicado de muitos personagens. Nosso intento é começar a destrinchar um pouco desses meandros e avaliar tanto as conquistas quanto os reveses desse processo.

A proposição de criação de uma instituição universitária acabou por gerar uma primeira reunião aberta em janeiro de 1950 cuja proposta era a criação de uma instituição de ensino superior em Passo Fundo - o idealizador, Antônio Donin, inspirou os partícipes, mas não esteve presente nos encontros pois já não estava mais em Passo Fundo. Alguns dias depois uma segunda reunião estabeleceu a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU) e, por falta de luz, transferiu para o dia seguinte a eleição da primeira diretoria, instituída em 03 de fevereiro⁴. A Diretoria eleita para iniciar os trabalhos foi composta por César Santos (presidente), Celso da Cunha Fiori (vice-presidente), Frederico Morsch (secretário) e Francisco Antonino Xavier e Oliveira (tesoureiro). A manutenção da SPU, nos anos iniciais, contou com a colaboração de vários membros da comunidade que, contribuindo mensalmente, acabaram por constituir o patrimônio inicial e dar condições de trabalho aos membros da Diretoria e Conselho em sua organização e atuação.

Auxiliados na divulgação das ações pelos órgãos de imprensa citadinos, quais sejam, os periódicos *Diário da Manhã* e *O Nacional*, seguiram-se inúmeras reuniões em sedes de entidades sociais, em residências ou mesmo escritórios dos membros, visando sempre mais mobilizar e angariar amparo de representantes políticos, militares, religiosos e civis da região Noroeste, em busca de defensores da mesma demanda.

Passo Fundo, município privilegiado em termos logísticos, por ser referência de um entroncamento rododiferroviário, estava dinamizado, na década de 1950, por movimentos voltados à construção e ao reforço de um imaginário de sua centralidade no Planalto Norte. Processos políticos, econômicos e culturais eram empreendidos em prol da modernização citadina, de sua urbanização, industrialização, saneamento, asfaltamento, ampliação da rede de iluminação, pelo lançamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, elaborado ainda em 1953), mas também pela constituição de uma memória específica da cidade que, em 1957, comemoraria seu centenário. Nos denominados “anos dourados” daquela década, a cidade de Passo Fundo viu consolidar ainda mais sua centralidade educacional regional, foi criado o Hospital Municipal, inaugurado um novo aeroporto, instalada a Diocese de Passo Fundo, criada a Rádio Municipal,

instituído o Corpo de Bombeiros, fundados o Conservatório de Música e o curso de Belas Artes (ambos por iniciativa da Prefeitura em parceria com o Rotary Club), inaugurado o CTG Lalau Miranda, instituído o Centro de Estudos Históricos de Passo Fundo (que mais tarde originaria o Instituto Histórico), entre tantas outras ações que transformaram profundamente a cidade. A criação de muitas das instituições elencadas envolveu personagens que também participaram da SPU, evidenciando a agência de lideranças econômicas, políticas, intelectuais, militares, religiosas e civis pelo “avanço” local.

Nesse cenário de efervescência e renovação, as ações pró-universidade ganharam relevo. Progressivamente, a SPU vai se estruturando e estabelecendo. Em agosto de 1953, a entidade foi declarada de interesse público pela Prefeitura Municipal (PMPF). Ainda naquele ano, os Diretores e Conselheiros deliberam pela aquisição de sua primeira sede e deram início à escolha das Faculdades e dos cursos que inaugurariam os estudos superiores na Sociedade. A edificação foi reformada para o início das atividades acadêmicas e administrativas e posteriormente um edifício de dois andares foi construído para o primeiro curso da SPU.



Figura 1- Primeira sede da SPU - Antiga casa Barbieux (Acervo do site 45 anos)

Embora fosse aventada a criação dos cursos de Direito, Filosofia, Pedagogia, Didática e Psicologia⁵, optou-se por constituir inicialmente a Faculdade de Direito (FD). Para tanto, um

importante suporte acadêmico foi criado e inaugurado ainda naquele ano: a Biblioteca da SPU. Já em novembro, César Santos anunciava aos membros da Diretoria que a criação de uma Faculdade já era realidade,

graças a franca colaboração de um grupo de pessoas que vibram de entusiasmo em torno da fundação de Escolas Superiores em Passo Fundo (...), nesta altura dos acontecimentos, necessário torna-se a cooperação franca e decidida de todos em torno da iniciativa que vem empolgando os meios passo fundenses, (...) se deve conjugar as forças neste grande empreendimento, sem encarar cor partidária ou credo religioso⁶.

Há que se destacar as dificuldades que enfrentaram os membros da SPU, assim como os apoiadores da comunidade, na busca pela instituição do ensino superior no interior do estado e mesmo do país. Até então, eram raros os estabelecimentos de graduação não situados nas capitais. Dessa compreensão, derivou a intensa, ampla e necessária mobilização de forças, poderes e verbas para dar cabo da iniciativa ousada que ora se estava promovendo. Os membros da Diretoria e do Conselho esforçaram-se por dar conta das progressivas demandas institucionais e operativas para formar novas Faculdades e, para isso, investiram em contatos e amparo de setores políticos e civis regionais e nacionais. A Faculdade de Direito (FD) da SPU inaugurou o ensino superior em 1953, mas essa vitória não arrefeceu o ânimo na busca de uma universidade. A comemoração pela autorização da FD será seguida da discussão, manutenção e criação de novos cursos como Agronomia, Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Belas Artes, Odontologia e Medicina.

Embora as deliberações e conquistas fossem crescentes, o ano de 1956 evidenciou estremecimentos entre os membros da SPU quando, em junho, tornava-se pública a criação do Consórcio Universitário Católico (CUC) por iniciativa do então bispo Dom Cláudio Colling e apoio dos representantes legais das entidades católicas dedicadas ao ensino, quais sejam, Congregação de Nossa Senhora, Sociedade Meridional de Educação, Associação Educacional e Caritativa, Sociedade Brasileira dos Missionários da Sagrada Família.

Em reunião da SPU ocorrida dias antes da divulgação de criação do Consórcio, César Santos relatou que tomou conhecimento da iniciativa e que a pretensão seria a fundação de uma Faculdade de Filosofia, curso este que já tinha sido estudado para fundação na própria SPU. O Cônego José Gomes, então membro da SPU, justificou os motivos que teriam levado à formação do CUC, evidenciando o esforço dos religiosos em sanar a necessidade de criar uma Faculdade inicialmente composta pelos cursos de Filosofia, Pedagogia, Línguas e talvez Geografia e História. Reitera o religioso que *‘Nesta Faculdade poderiam se matricular quaisquer pessoas, de ambos os sexos, independente de sua orientação política religiosa, mas que a orientação do ensino [ilêgivel] seria cristão’⁷.*

Gomes ainda salienta a possibilidade futura de a Faculdade de Filosofia integrar a SPU e sublinha que a manutenção do CUC e dos cursos se faria exclusivamente pelas entidades religiosas. Por fim, lembra que essa decisão diminuiria o ônus da Sociedade na criação do curso de Filosofia e tornaria possível que sua Diretoria dedicasse esforços na proposição de outras faculdades. Questionado por Ney Menna Barreto sobre a existência de documento referente a tais prospecções, o Cônego respondeu que não tinha, mas que houve conversas prévias entre o Bispo Dom Colling e Cesar e Reissoly Santos. Barreto ressaltou que, para princípio de discussão, haveria necessidade de uma manifestação por escrito para bem avaliar e estudar a questão. Interessante observar que os motivos prementes para essa ação do Bispo e de líderes das entidades católicas não se explica somente pela demanda enfatizada por Gomes – questões ideológicas e políticas provocaram esse empreendimento –, como veremos explicitamente em missiva de Dom Colling datada de 1959.

No dia 20 de junho de 1956, foi formalizada a criação do Consórcio, que, dias depois, teve seus estatutos publicados no Diário Oficial da União (DOU). No dia seguinte à criação do CUC, talvez tentando dirimir tensões e questionamentos nascentes já evidenciados na reunião da SPU, Monsenhor Paulo Chiaramonte enviou uma missiva endereçada à Sociedade:

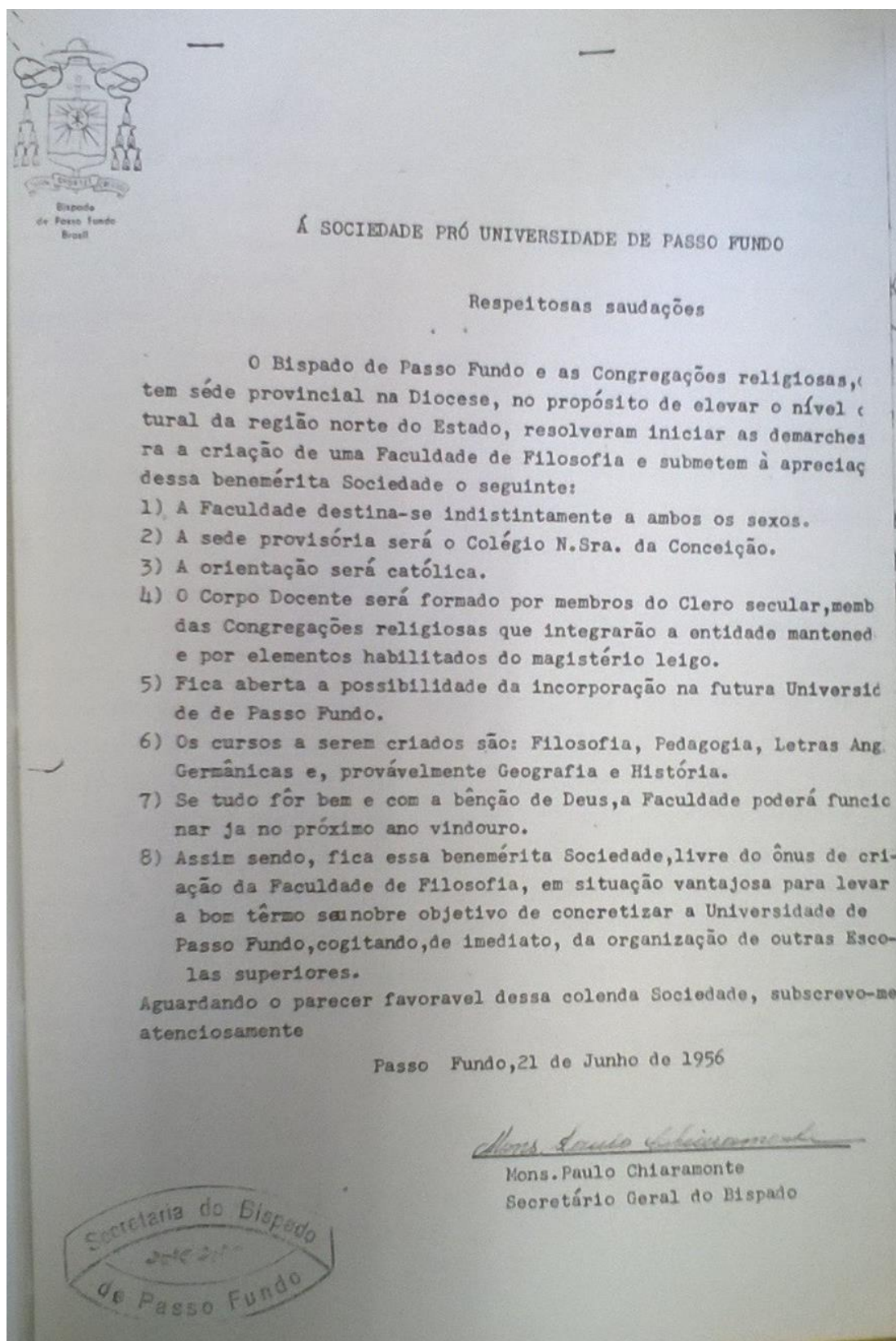


Figura 2 – Carta enviada pelo Mons. Paulo Chiaramonte à SPU, 1956 (Acervo da Reitoria)

Ao que parece – não há registros evidentes nas atas –, o diálogo acerca da incorporação futura do CUC à SPU para fundar a Universidade chegou a bom termo a partir dessa missiva do Consórcio. As discussões seguiram lentamente, com momentos de maior e menor intensidade, e mesmo de avaliação de outras propostas. Enquanto essas discussões seguiam, o público secundarista de Passo Fundo passou a contar com duas entidades voltadas ao ensino superior, visto que já em dezembro de 1956 o Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Parecer 466/56, autorizou o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, com os cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas.



Figura 3 - Colégio Nossa Senhora da Conceição - sede das primeiras aulas do Consórcio Universitário Católico (Acervo AHR)

O ano do centenário de Passo Fundo foi de júbilo contínuo em função de uma ampla programação. O ensino superior também teve novidades significativas em 1957, com a instalação solene dos cursos do Consórcio Universitário Católico, iniciada com a aula inaugural proferida pelo filósofo Ernani Maria Fiori com o sugestivo título *O ser e o Absoluto*. Quanto à Sociedade Pró-Universidade, houve a incorporação das atividades desenvolvidas até então no Conservatório de Música e Belas Artes, e a criação do Instituto de Belas Artes. Ainda foi destaque o lançamento do marco inaugural da Cidade Universitária e “descerrado o laço de fita verde e amarelo que cingia a bandeira nacional, envolvendo o monumento, pelo representante do Presidente, João B. Goulart”⁸, então vice-presidente da República. Este ato também deriva de uma significativa ação de apoio de passo-fundenses. Para além de doações particulares, dotações Federais, Estaduais e Municipais e valores

pessoais de deputados federais, a SPU contou com a cessão de tempo, propriedades, livros e máquinas e com o empréstimo de laboratórios, equipamentos e tudo mais que fosse necessário ao bom funcionamento dos cursos por docentes e membros da Sociedade e comunidade, característica que se manteve ao longo do período de existência da SPU e, depois, da UPF.

Nova aproximação entre SPU e CUC foi encetada em 1958. Entre a autorização e o início de novos cursos na Sociedade, seus membros reiniciam o diálogo em prol da criação da Universidade de Passo Fundo enviando proposição ao Consórcio para que a Faculdade de Filosofia se incorporasse ao bloco universitário que formará a futura Universidade. Os membros do CUC, em reunião de abril, adiam a resposta definitiva enquanto aguardam o reconhecimento das escolas já em funcionamento no município e houve a indicação de Dom Gelásio para contatar César e Reissoly Santos e dar sequência ao diálogo⁹, apreciado novamente em agosto¹⁰, e que seguiria até que os representantes das duas entidades encontrassem um denominador comum de interesses para a fundação da Universidade.

O trabalho das diretorias da SPU e da CUC em angariar fundos para seu provimento, para ampliação e para garantir também a possibilidade de ingresso de alunos com auxílio de bolsas, foi frequente. Muitos benefícios foram auferidos de apoiadores políticos, sobretudo para a SPU, que teve nos partidários do trabalhismo defensores de suas demandas, e em Leonel Brizola e João Goulart suportes políticos e simbólicos inestimáveis. Embora uma leitura posterior de adversários dos irmãos Santos defenda que a SPU tenha “*tomado coloração política de adesão integral ao PTB*”,¹¹ como designou Murilo Coutinho Annes, há que se enfatizar que apoios foram recebidos também de membros da UDN, do PSD e de outros partidos, garantindo à Sociedade condições para seguir com o projeto de criação da Universidade.

Já os membros do Consórcio também estudavam outras possibilidades. Em 1959, o bispo declarou aguardar o parecer do advogado Dr. Rui Cirne Lima acerca da fusão com a SPU, mas também indicava que o tema se mantinha em estudo. Aventou-se para o CUC a possibilidade de a Faculdade de Filosofia vir a articular-se à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), criada em 1948 com a reunião de faculdades já em funcionamento¹². Ainda que o tema do vínculo futuro do CUC fosse pauta de várias reuniões, seguiam-se estudos para criação de outros cursos, como de uma escola de Enfermagem, proposta em reunião ainda no ano anterior. Outro tema que mobilizou esforços dos membros do CUC naquele ano refere-se à dificuldade de oficializar as atividades do ano de 1958 em função da recusa do inspetor em firmar os relatórios. Numa tentativa de dar cabo da situação, Dom Colling enviou uma missiva a Dom Agnelo Rossi, Bispo Diocesano de Barra do Piraí/RJ e supervisor dos estabelecimentos de ensino

católicos do Brasil, lançando hipóteses e solicitando auxílio. Na carta, Dom Colling descreve o caso:

Em 1956 organizamos aqui em Passo Fundo o Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo (...) com a finalidade imediata de fundar e manter uma Faculdade de Filosofia. Vimo-nos obrigados a isso porque a “Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo” que já organizara a Faculdade local de Direito comissionara a um Pastor Metodista inativo para a fundação da Faculdade de Filosofia leiga¹³.

Segue o Bispo de Passo Fundo informando que a inspeção prévia, os vestibulares e o andamento do primeiro ano de atividades foram realizados sem transtornos, mas que, ao ser procurado para assinar o relatório de atividades, o inspetor Pindaro Annes se recusou alegando que somente recebera ordens para presidir os exames vestibulares. *“Alega também que não têm capacidade para inspecionar uma Faculdade de Filosofia, mas continua inspecionando as de Direito e Economia – que estão em mãos de gente um pouco contrária à Religião, como o Sr. Pindaro Annes também é...”¹⁴*. Dom Colling afirma que membros do Consórcio estavam buscando junto à Diretoria de Ensino Superior a nomeação de um inspetor por vários meios, mas ainda não havia sido realizada essa nomeação. A questão estaria afetando a Faculdade, que iniciaria o 3º ano e que demandaria reconhecimento. Também estariam inviabilizadas transferências de alunos, pois não haveria quem as assinasse. *“No fundo de tudo deve haver uma mão macabra manobrando – não acha?”¹⁵* A indicação de manobras é bastante ampla para nos fixarmos em uma única possibilidade, todavia, pelo tom da missiva, parece que a questão religiosa seria um forte motivador dos problemas, na leitura do Bispo. Ainda, cita o remetente que um pedido de autorização de funcionamento da escola de Auxiliares de Enfermagem, enviado em 1958, não teve nomeação de verificador *in loco*. Assim, pede auxílio para *“salvamos a nossa Faculdade de Filosofia, que V. Excia. Conhece”¹⁶*. Apelo semelhante teria sido enviado a Dom Hélder Câmara, à época, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Segundo Alceu Oliveira Annes (2012), Pindaro Annes foi membro da maçonaria e frequentador da Igreja Metodista, todavia, ante o trabalho em prol do Hospital de Caridade, ele afastou-se de outras atividades e grupos, mantendo somente as Inspetorias de cujos proventos passou a viver.¹⁷ Talvez tais referências sejam as que vieram à mente de Dom Cláudio ao elaborar a carta a Dom Rossi. De todo modo, há uma recorrente versão de que SPU e CUC – e instituições como o Hospital de Caridade e o Hospital São Vicente de Paulo – seriam pares antitéticos das ações de católicos e maçons na cidade. Se tal assertiva generalista, mas com elementos de veracidade inquestionáveis, for explicativa de muitas situações e acontecimentos, talvez aí esteja uma parte importante da leitura de mundo que instigou à formação do CUC e

parte do temor dos líderes católicos em ver uma instituição marcada pela ação da maçonaria no campo de formação superior. A demanda pelo reconhecimento dos três cursos do Consórcio – Filosofia, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia – foi efetivada com o Decreto 40.490, de 04 de outubro de 1960, mas a tese de que a maçonaria e a Igreja Católica são fontes de muitas ações em Passo Fundo se mantém.

A década de 1960 inicia com ampla movimentação pelo ensino superior. O curso de Odontologia fora criado em 1959 (autorizado em 1961) e, junto às faculdades já existentes e ativas, o tema da formação da Universidade de Passo Fundo – remetida ao sonho dos fundadores do ensino superior citadino – foi revigorado. Pela SPU, foi criada a Faculdade de Agronomia (autorizada em 1961). Ainda em 1960, uma decisão pessoal de Reissoly Santos seria saudada pelos membros do Conselho Administrativo da Sociedade, que, em reunião, o parabenizam pela promoção a desembargador do Egrégio Tribunal do Estado, cargo ao qual renunciou. Conforme os registros na ata, a renúncia *“a tão alto cargo, pela aposentadoria, [deu-se] a fim de se dedicar de corpo e alma à grande obra da Universidade de Passo Fundo”*.¹⁸ Tal obra perpassou por ampla discussão no CUC, visto o convite à sua integração para criação da Universidade, que demandaria tanto uma Faculdade de Filosofia quanto à reunião de Escolas para sua concretização. Todavia, Dom Cláudio ponderou ante seus pares que *“nenhuma subvenção, de quem quer que seja, nos fará abdicar de nossa posição de Faculdade Católica. Ressalvado este princípio poderá haver utilidade para a causa católica a integração na Universidade, pois teremos nossa palavra quando esta se fizer necessária”*.¹⁹ O debate ainda seguiria por alguns anos até a definitiva fusão das entidades. Até lá, iniciativas de vulto continuaram a ser empreendidas.

Por proposição de Elias Adaime, foi encaminhada a proposta de lei nº 1942, de 1960, que *“Federaliza a Faculdade de Direito de Passo Fundo – RGS, mantida pela Sociedade Pró Universidade de Passo Fundo e dá outras providências”*.²⁰ O documento traz como justificativa um arrazoado histórico das oficializações, das instalações, dos cursos, e da ambição futura de uma universidade e de uma cidade universitária. O texto, assinado pelos membros do corpo docente, finda indicando que

*Fundar estabelecimentos como este onde o povo possa beber ensinamentos e conhecimentos de toda ordem, deve ser a preocupação dos governos bem orientados. E quando, suplementando a ação do Estado, fundam os particulares, é dever dos governos virem em auxílio desses estabelecimentos, pois na educação está a felicidade de todos os povos.*²¹

Esse projeto, como os demais que serão propostos tanto pela federalização quanto pela estadualização do ensino superior de Passo Fundo, serão indeferidos, para frustração dos que veem no ensino público um meio de ampliação do acesso à graduação. Mas a demanda não

arrefeceu e o movimento pró-federalização manteve-se ativo em 1961, ano esse que iniciou com a proposição de uma entidade para defender o direito de aprender a todos que o desejassem. Em julho, em sessão solene, foi criado o Instituto Liberdade de Conhecer, cuja declaração de princípios defendia:

Primeiro: Somos pela liberdade de conhecer, entendida como a mais ampla oportunidade de adquirir conhecimentos de nível superior.

Segundo: Somos pela interiorização do ensino superior, para que se propiciem também oportunidades aos que são cerceados na liberdade de aprender, pela limitação de estabelecimentos de ensino.

Terceiro: Somos pela reforma que integre a universidade na realidade nacional, aproximando-se das camadas populares.

Quarto: Somos contra os privilégios, de qualquer ordem, ressaltando-se aqueles que tornam o ensino acessível apenas a reduzidas minorias.

Quinto: Somos contra a imolação da inteligência mûca, abolindo-se os processos iníquos de ingresso aos cursos superiores.

Sexto: Somos contra os “exames vestibulares” seletivos, antitéticos às leis do ensino sob cuja égide se estabelece a presunção da capacidade para cursos universitários.²²

A iniciativa é um indício de que a busca pela ampliação das condições de ensino seria mantida, apesar e para além dos entraves, reveses e desinteresse de muitos na democratização do saber. Coadunando-se a essa defesa, o ano de 1961 foi de conquistas, com a oficialização da Escola de Belas Artes, a autorização para funcionamento da Faculdade de Odontologia e a criação da Escola Superior de Educação Física pelos dirigentes da SPU. No período, ainda foram destaques os aportes da Rádio Municipal (lei nº. 938/61) e do Hospital Municipal (lei nº. 942/61) – hoje Hospital Beneficente Dr. César Santos –, para a Sociedade, visando à sua consolidação e elevação à Universidade, bem como à criação de condições de implantação de uma Faculdade de Medicina. As doações geraram intensa campanha contrária encabeçada por Jorge Cafruni via jornal *O Nacional*. Cafruni considerava tal cessão uma dilapidação do patrimônio público, realizada pela gestão sem a devida consideração de que se ouvisse a população. Em contraposição ao jornalista, setores da sociedade se mobilizaram pelo debate e em defesa da doação. Defendeu-se inclusive que haveria um regresso dos bens doados ao patrimônio público quando da federalização da futura universidade.

Aguçando ainda mais a discussão, políticos de Erechim e Carazinho colocam-se como amparos para dar condições de criação da Faculdade de Medicina em seus municípios. Essa posição é rebatida em Passo Fundo com a decisão de Dom Cláudio de oferecer as dependências, as instalações e os equipamentos do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) à SPU e dar condições da instalação da Faculdade de Medicina na cidade, mantendo-se a administração sob controle dos religiosos²³. Naquele contexto, os membros do Consórcio também debatiam e

aventavam soluções para o problema de sua própria estrutura de funcionamento, visto a ampliação necessária para dar conta dos cursos, a deliberação e os estudos de locais para edificação de um prédio sede para o Consórcio, findando o uso provisório das dependências do Colégio Nossa Senhora da Conceição.

Nos bastidores, as negociações entre SPU e CUC seguiam, visando conformar as demandas de ambas as instituições para a fusão e a criação da Universidade de Passo Fundo. Em dezembro de 1961, os membros do Consórcio definem condições para a integração, sendo elas a garantia de autonomia didática, administrativa, financeira e patrimonial e a distribuição equitativa de verbas destinadas à Universidade. A possibilidade de agregação da Faculdade de Filosofia era considerada, “*contanto que não precisasse abdicar de sua qualidade de Faculdade Católica*”²⁴. Dando sequência aos trâmites pela Sociedade Pró-Universidade, pouco depois, “*Por unanimidade, resolveu-se autorizar o presidente da S.P.U. a assinar o Convênio com o Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo para criação da UNIVERSIDADE de Passo Fundo*”²⁵, embora o documento tenha sido datado de 21 de dezembro, pouco depois da reunião do Consórcio, e dias antes da deliberação pela Diretoria da SPU.

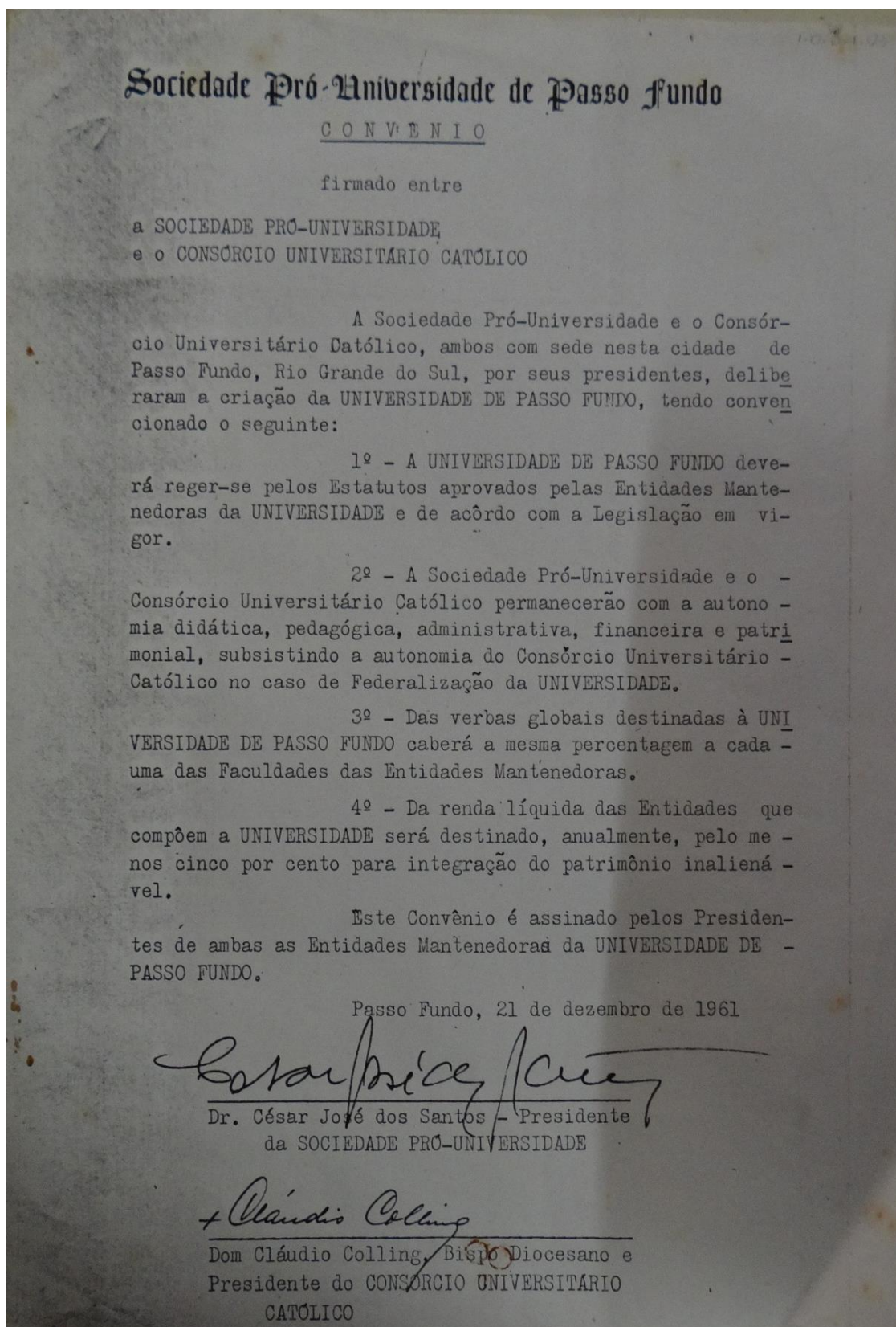


Figura 4 - Convênio entre SPU e CUC para formação da Universidade de Passo Fundo (1961) (Acervo AHR)

No dia a dia, a situação de alguns cursos variava entre o andamento normal e muitos problemas. O curso de Odontologia e de Agronomia estavam em situação frágil. O primeiro promovia o início dos atendimentos à população carente citadina, com serviços gratuitos, simultaneamente ao andamento formativo deficiente pela falta de equipamentos, laboratórios e melhores condições para o ensino. Já as questões relativas ao curso de Agronomia tiveram complicações sérias que desencadearam uma grave crise na própria SPU em 1963.

A tramitação para instituição da Faculdade de Agronomia (FA) iniciou nos anos 1960, embora a ideia tenha sido aventada ainda em 1954. Em 1960, foi protocolado o pedido de criação e designado o Inspetor Federal. No ano seguinte, a Diretoria da SPU socializou o recebimento de verbas do governo estadual destinadas à FA. O funcionamento iniciou em 26 de maio de 1961. Dada a demanda por campos para o trabalho prático daquele curso, Reissoly Santos foi autorizado a tratar sobre a aquisição de área junto à futura Cidade Universitária, visando justamente constituir um campo de experimentação aos estudantes. Além da área visada, foram adquiridos equipamentos diversos, máquinas e caminhonetes. Em 1962, os trâmites para a criação da Faculdade seguiram com a concessão – por tempo indeterminado – de 200 hectares pela Brigada Militar (BM), para uso da Agronomia em contrapartida à assistência técnica à Fazenda da BM, a emprestar reprodutores de alta linhagem; a fazer o prolongamento da rede até a Fazenda da BM; a facilitar empréstimo de maquinaria; e a dar bolsas de estudo a brigadianos que desejassem cursar Agronomia. Ainda ficou estabelecido que a planta do futuro prédio no Campus seria produzida pelos funcionários da Secretaria do Obras, outra generosa obtenção derivada de contatos políticos entre Diretores e gestores do governo estadual. Quanto à organização interna, articulada ao curso e à SPU, foram criados em 1963, os Departamentos Industrial (olaria, serraria, ferraria, marcenaria, padaria, restaurante, pedreira, areal etc.) e Agropecuário (Escola de Agronomia, Lavouras, Hortas, Pomares e Fazenda Modelo).

Críticas ao funcionamento da Faculdade de Agronomia foram realizadas ainda em meados de 1962, quando os estudantes, em um desfile público, portaram cartazes e quadros expondo deficiências da FA. Entre os temas mobilizadores de críticas, estavam a falta de estrutura adequada para funcionamento do curso, deficiências no transporte que conduzia os alunos para as aulas práticas realizadas “fora da cidade” (no atual *Campus I*, distante 5 Km do centro da cidade, por estrada de chão batido), a deficiência dos equipamentos e salas de laboratórios necessários ao bom andamento da formação acadêmica. A isso, somou-se a insatisfação pelo não reconhecimento do curso pelo MEC – fator que fortaleceu, por outro lado, o movimento em prol da federalização do ensino superior. Dessa iniciativa derivou um projeto de emenda encaminhada pelo deputado Lauro Leitão e defendida como forma de dar solução

definitiva para o ensino superior de Passo Fundo. Acresce-se a repercussão expressiva na imprensa local que não só divulgou os eventos como participou e mesmo instigou as críticas e embates, situação derivada da postura editorial do *Diário da Manhã* (DM) de contraposição histórica ao trabalhismo e getulismo, e da alteração de perspectiva da redação d'O *Nacional* (ON) após o afastamento de Mucio de Castro do PTB e posterior adesão ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR), partido que congregou a denominada “ala rebelde” do trabalhismo local, em contraposição à presidência de César Santos e a proposta da Executiva Municipal que liderava. Tais forças, reunidas, mobilizaram a sociedade para o debate, situação que foi marcada também por represálias acadêmicas, políticas e consequências eleitorais no pleito municipal daquele ano, que culminou com a derrota do PTB.

Os acontecimentos relacionados à Faculdade de Agronomia se intensificaram com a definição da Congregação da FA de seu fechamento, anunciada em outubro e divulgada com destaque n'O *Nacional* com a seguinte manchete: “Agronomia em greve! Congregação de professores decidiu suspender as atividades da Escola até haver intervenção do Governo Federal – Alunos apoiam medida” (ON, 31 de outubro de 1963). Em dezembro, em documento redigido em papel timbrado do Centro de Estudantes Universitários de Agronomia, um longo arrazoado explicativo foi divulgado, pormenorizando, na visão dos críticos à Diretoria da SPU, os descasos e procedimentos tidos por questionáveis que teriam resultado na suspensão de atividades. Destacando a proposta de tornar a Faculdade pública, o documento finda reiterando que “*Há tôdas as condições para que Passo Fundo tenha uma Faculdade de Agronomia de alto nível. Incumbe ao poder público aproveitar essas condições, dar as instalações materiais necessárias, não entravar o desenvolvimento do ensino. FEDERALIZAR PARA QUE A UNIVERSIDADE SEJA DO POVO*”²⁶.

Os meandros de todo o processo são complicados, pois tocam em temas acadêmicos, pessoais, políticos, institucionais e jurídicos. O não reconhecimento da Faculdade de Agronomia desencadeou uma avaliação solicitada pelo então governador, análise essa que apontou irregularidades. Quicá visando à preservação do nome da Sociedade ante o público e os órgãos normatizadores do ensino superior, ficou estabelecido que ações de estudantes que causassem desprestígio da Sociedade seriam punidas com expulsão²⁷. A Diretoria e o Conselho da SPU culpabilizam o diretor da Faculdade, prof. Flávio Annes, por não encaminhar a documentação necessária para o reconhecimento. Resolveram, então, os membros do Conselho e da Diretoria, exonerar o então diretor da Faculdade, dispensar um professor e suspender as atividades por até 15 dias para reorganização e reinício das atividades²⁸.

No imbróglio, ações externas foram determinantes. Ildo Meneghetti, do Partido Social e Democrático (PSD), em sua segunda gestão como governador – cuja ação foi pontuada pela

oposição do governo de João Goulart (PTB) –, enviou o Ofício G/92 ao Ministro da Educação solicitando a suspensão de autonomia da Universidade de Passo Fundo (então inexistente) e nomeação de um reitor *pro tempore*. A justificativa foi de que, afora a Faculdade de Direito, as demais funcionavam, mas sem poder habilitar ao serviço profissional, uma vez que sem reconhecimento. Além disso, o ofício apontava a existência de irregularidades quanto às verbas e aos terrenos cedidos pelo estado e que teriam sido utilizados de forma diversa do esperado quando da cessão. No documento, há ênfase que “a direção da Universidade está sendo feita por pessoas nitidamente suspeitas de idéias e ações extremistas”²⁹. O então ministro Flávio Suplicy de Lacerda responde ao pedido enfatizando que a entidade SPU é particular e repleta de irregularidades. Todavia, ante os termos do Ato Institucional n.º. 1, de 9 de abril de 1964, que “Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa” – pós golpe civil-militar –, abrir-se-ia a possibilidade para que o Governador tomasse as devidas providências.

Pela Ordem de Serviço n.º. 6, de 25 de abril de 1964, o governador determinou a intervenção da SPU e nomeou como interventor Dr. Murilo Coutinho Annes. Esse diz ter ouvido a ordem pela rádio, com surpresa, “Evidentemente liguei esse fato a um trabalho político do Prefeito Mário Menegaz e do Deputado Romeu Martineli”³⁰, que, além do Governador, eram tidos por Annes como inimigos ferozes do PTB que articulavam a derrubada dos irmãos Santos da diretoria da SPU. Em 24 de abril, evidenciando que articulações político-partidárias já estavam em andamento pelos mesmos objetivos, o prefeito Menegaz iniciou o processo de reversão da Rádio e do Hospital para os bens do município.

Murilo Annes, chamado a Porto Alegre para colóquio com o Governador, relatou que teria sido escolhido interventor por ser docente da Faculdade de Direito – a única com reconhecimento para funcionar – por não estar vinculado a partidos e com trânsito livre na SPU. Sua função seria fazer um relatório da situação e, em 20 ou 30 dias, convocar eleições para recompor a Direção e o Conselho da Sociedade. Teria sido nesse contexto que Annes chamou o Pe. Alcides Guareschi, um dos dirigentes do CUC, para auxiliá-lo. A ata da Intervenção evidencia a complexidade da situação. Por um lado, Annes tenta montar um Conselho Consultivo para dar andamento aos trabalhos de reconhecimento de cursos. Por outro, Eurípedes Facchini questiona os poderes do interventor e do Conselho e sugere que se instituem os regimentos antes de seguir os trabalhos³¹. Ante o impasse quanto às atribuições, o interventor seguiu com a produção do relatório da situação da SPU e da interventoria.

O relatório foi findado em 23 de junho e encaminhado ao Governador Ildo Meneghetti destacando, inicialmente, questões relativas ao “A) Espírito e objetivo do Ato Institucional”, no qual se apresentam as diligências do Exército e Brigada Militar visando verificar a penetração de “ideias comunistas ou subversivas” nas Faculdades. Embora indique não saber as conclusões das diligências, Annes pondera que, pelo seu conhecimento de docentes e discentes, esse não seria um tema para maiores preocupações. Pondera também que os antigos dirigentes da SPU apontaram ideias subversivas como fonte de agitação na Faculdade de Agronomia, mas não teriam sido encontrados indícios sobre a questão. Já o item “B) Reconhecimento e federalização” apresenta a situação de cada uma das Faculdades, constando que a Faculdade de Odontologia (FO), o Instituto de Belas Artes (IBA) e a Faculdade de Agronomia tinham somente autorização para funcionamento. Quanto à FO, com previsão de formatura da primeira turma no ano corrente, o interventor aponta que seu diretor estaria organizando da melhor forma as instalações e teria encaminhado pedido de inspeção para o reconhecimento. O IBA teria propiciado diplomas sem valor oficial, pois seriam apenas cursos de 2º grau. Seus diplomas eram admitidos pela Secretaria de Educação para ingresso no Magistério Estadual, mas era necessário aos formados um exame de admissão. Foi organizada a documentação solicitando inspeção para seu reconhecimento. Por fim, há a FA, autorizada para funcionamento, mas que fora fechada pela falta de condições. Além disso, há menção da falta de documentos ou indicações deles nos arquivos da SPU, entre eles, faltariam os livros-ata. Annes relata que tentou obter os livros com os irmãos Santos, mas não teve sucesso, e indica que a entidade parecia ser gestada como “sociedade secreta”.

Quanto ao patrimônio, a Interventoria limitou-se a relacionar os bens. O trabalho dos docentes foi elogiado, em contraponto a questão de sua remuneração que, segundo o interventor: *“afora os professores da Faculdade de Direito, todos os demais recebiam quantias inferiores ao mensal recebido pelos trabalhadores braçais das empresas industriais”*³² da SPU. À época, a Rádio e o Hospital foram reincorporados ao patrimônio municipal. Quanto às verbas recebidas, indica-se irregularidades quanto à legalização e à autenticação dos documentos. O terreno destinado à criação da Fazenda Modelo estaria sendo explorado para uso pessoal. Ressalta o interventor: *“A S.P.U. aparentemente, não se satisfazia com as diversas indústrias que criara; queria ainda ser granjeira”*.³³

Acerca da questão “E) Faculdade de Agronomia e Faculdade de Medicina”, infere-se que a FA teve as atividades suspensas por autoridades estaduais e federais pela falta de meios aceitáveis para manter o ensino, embora se saliente que a FA *“Morreu de pobreza quando dispunha de verbas consideráveis mais intocáveis”*³⁴. A interventoria teria reorganizado o quadro docente e estaria adaptando uma instalação nas terras da Cidade Universitária para funcionamento do curso. Como

resultado da análise de uma comissão de técnicos, em janeiro de 1964, foi solicitado que os alunos permanecessem no curso até os exames serem findados, sendo, após esse processo, encaminhados a cursos de Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria, por ordem do Ministro da Educação. Ainda ficou determinado que providências seriam tomadas para reiniciar as atividades no ano seguinte, com a entrada de acadêmicos na 1ª Série³⁵.

Quanto à Faculdade de Medicina, é ressaltado que os trabalhos para seu funcionamento seguem, em muito, pela atuação do dr. Sabino Arias no Rio de Janeiro, defendendo a proposta de modo desinteressado. O relatório ainda detém-se sobre “F) Dar caráter eminentemente cultural ao ensino superior de Passo Fundo”, evidenciando as diversas ações dos Departamentos Industrial e Agropecuário e indicando que esse setor teria sido o de maior atividade da SPU, sendo justificado pela perspectiva de dar condições de construção da Cidade Universitária. Todavia, para o Interventor, houvera inversão de capital que deveria ser destinado às Faculdades e, agravando a situação, o “parque industrial” seria deficitário em parte por depender de número significativo de funcionários – que ultrapassava, no total, o de docentes da SPU. O documento finda com a apreciação de que a SPU deveria ser administrada por Assembléia, Conselho e Diretoria, conforme seus Estatutos, todavia, aponta a falta de documentos na entidade como fator para o desconhecimento de quem integra esses setores. Sugere que se poderá convocar a Assembléia Geral para eleição de novo Conselho e Diretoria, seguindo as normas estatutárias. Annes agradeceu o apoio dos Diretores de Faculdades e a confiança do Governador em selecioná-lo para a tarefa.

Por seu turno, num texto de parte da antiga Diretoria – há indicações de que seja de um dos irmãos Santos, pela linguagem em primeira pessoa –, vemos outra leitura de muitos dos eventos e informações. Datado de fins de 1964, o texto evidencia a história do processo de criação da SPU. Também indica que o processo para criação de uma universidade já estava em andamento quando da Intervenção. Muitos setores do Departamento Industrial foram vendidos, tendo sido adquiridos – segundo o documento – pela firma do prefeito que solicitou a intervenção. Numa lista de prejuízos, são destacadas a perda do Hospital e da Rádio, a destruição de laboratórios, a venda de produtos por “preço vil” e sem concorrência e a dilapidação do patrimônio da SPU, que fora tornada, nessa interpretação, uma sociedade particular sem conceito, crédito ou sem quaisquer condição de funcionamento, situação derivada de uma intervenção ilegal. Finda o documento com a afirmação de que

Falsidades e mentiras quer da parte do Prefeito de Passo Fundo, quer que o Governador do Estado, fizeram com que a Diretoria da S.P.U., fosse de maneira arbitrária, destituída. Porém, inconformada, Essa Diretoria, com a situação, através dos trâmites legais fez conhecer ao Senhor Ministro, através de

*bem fundamentados relatórios, o embuste e a falsidade usadas pelos requerentes na intervenção. Em consequência, volta novamente o Senhor Ministro da Educação, em 23 de setembro de 1964 a publicar o Aviso no. 1826, dirigido ao então Governador do Estado do Rio Grande do Sul.*³⁶

O Aviso n°. 1826 do Ministro da Educação ao Governador solicitou a revisão dos atos de intervenção da SPU. O professor Pedro Paulo Penido fora enviado para examinar a situação *in loco* e chegou-se à conclusão de que a Universidade de Passo Fundo, mencionada no Ofício G/92 pelo Governador, não existia. O que se averiguou foi a existência de uma mantenedora com cinco faculdades, de modo que a Intervenção seria feita nas faculdades e não na mantenedora:

*Tendo em vista os preciosos termos de sua Ordem de Serviço no. 6, notadamente o item 3, informo que este Ministério não autorizou a intervenção na Entidade mantenedora, e que já tomou providências acima expostas, para o exame e funcionamento das escolas isoladas. Não se justifica, data vênica, a intervenção decretada. Solicito a imediata suspensão da intervenção, reintegrando ao Presidente César Santos, na entidade mantenedora. São estes os esclarecimentos iniciais que tenho a honra de levar à alta consideração de V. Excia., a quem oportunamente enviarei as conclusões dos estudos realizados pela Diretoria de Ensino Superior.*³⁷

Essa determinação gerou a Ordem de Serviço n°. 10, do governador, determinando a cessação do regime de intervenção na SPU, assinado em 21 de outubro de 1964. O documento traz como argumento para a ação o encerramento dos motivos que levaram à intervenção na SPU, indicando que está normalizada a administração da entidade com a destituição da antiga Diretoria e eleição de novos dirigentes. Eis que entre o Aviso do Ministro e a finalização da Intervenção, fora realizada uma Assembléia Geral dos membros da SPU e eleita nova Diretoria, tendo como presidente Pe. Alcides Elydo Guareschi e como vice Bruno Edmundo Markus. Com essa eleição e decorrente posse, e com a cessação da intervenção, estava iniciada nova fase da SPU. Ainda, a Congregação de professores da SPU, reunida em agosto, deliberou pelo oferecimento do patrimônio da entidade ao poder público visando à criação de uma universidade estadual – situação que não chegou a bom termo, com a negação final do Conselho Estadual de Educação (CEE) apresentada no Parecer n°. 139/66, que decidiu por unanimidade pela não criação da Universidade Estadual do Planalto. À época, a SPU já tinha algumas edificações expressivas no centro de Passo Fundo, além das terras da futura Cidade Universitária.



Figura 5 - Edificações iniciais da SPU, no atual Campus III da UFPA (Deoclides Czamanski (1973) - Acervo Flickr Rafael Czamanski)

De fato, fora o contexto de um governo militar que propiciou o processo de intervenção pelo estabelecimento de novas diretrizes pautadas em muito na destituição de poder de “inimigos” ou críticos políticos – basicamente políticos categorizados como “de esquerda”, na cassação de mandatos, na diligência e na prisão de adversários e outras arbitrariedades que só se ampliaram a partir da instituição do AI-5, em dezembro de 1968. A restituição da ordem, aventada pelas autoridades federais, estaduais e municipais, perpassou pelo alijamento dos trabalhistas de postos de relevo em vários setores. Em Passo Fundo, tratou-se, também, de “depurar” a SPU de seus líderes vinculados ao PTB. A peleia não findou definitivamente, já que uma batalha judicial continuou sendo travada por Cesar e Reissoly Santos, visando restituir seu comando na SPU. O Consórcio Universitário Católico, por seu turno, teve, em 1964, um produtivo ano de trabalho e conquistas, com o reconhecimento da Escola de Enfermagem e criação dos cursos de Ciências Naturais, Ciências Sociais e do Instituto de Psicologia – cujo encaminhamento de pedido de abertura seria providenciado.

O ano seguinte parece ter sido menos conturbado para as entidades mantenedoras do ensino superior citadino. Para a SPU, conquistas importantes foram auferidas; entre elas, a Portaria 176, de 30 de julho de 1965 do MEC, que designou Othon dos Santos e Silva para verificar *in loco* as condições da Faculdade de Odontologia. Esse deu parecer positivo e o curso foi reconhecido pelo Decreto 57.684, de 31 de janeiro de 1966. Ainda em 1965, Murilo Annes e Alcides Guareschi viajaram para os Estados Unidos da América (EUA) via Fundação Ford, para

conhecer universidades. Teria derivado dessa viagem pelo leste do país a proposta de construção de um Campus Universitário com amplas áreas e construções térreas – modelo que será implementado de fato na constituição planejada do *Campus I*.

Sem holofotes, as negociações entre CUC e SPU seguiam. Também continuava a batalha na imprensa e a disputa judicial dos irmãos Santos quanto ao restabelecimento de sua posição na SPU. Foram impetrados três mandatos de segurança e uma ação de nulidade da intervenção até que, em fevereiro de 1967, houve a tomada do prédio quando das férias da administração. Restituído no poder, Cesar Santos demanda, assinando como presidente da SPU, forças para auxiliar a ação. Dois dias depois, o prefeito Menegaz, numa medida no mínimo inusitada, decretou luto oficial em Passo Fundo em documento cujo preâmbulo traz a marca do embate:

Considerando que, em data 2 do corrente, à tarde, César dos Santos, Reissoli José dos Santos, Mário Daniel Hoppe e Wilson de Assis Ferreira Lopes, acompanhados de capangas (...), invadiram e tomaram à força as Faculdades pertencentes a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, desrespeitando os mais comzeinhos e rudimentares princípios do Direito;

Considerando que os supra-citados usaram indébitamente o nome do Exmo. Sr. Cel. Walter Perachi Barcelos, DD. Governador do Estado, bem como o Dr. Chefe da Casa Civil do Palácio Piratini, Dr. João Dêntice, para, audaciosamente, se apropriarem da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo;

Considerando que os mesmos ludibriaram a boa fé do Comando do 2º. Batalhão Policial local, requisitando força pública para acobertarem seus atos ilegais;

Considerando que Reissoli Santos foi banido da Sociedade sendo expulso da SPU e demitido do quadro de Professores da Faculdade de Direito, conforme deliberação da própria SPU;

Considerando que, após a intervenção o Governo Estadual, por delegação do Ministério de Educação e Cultura, a ex-Diretoria presidida por César Santos, foi destituída, por assembléia Geral, conforme consta em ata, devidamente registrada no Cartório de Títulos e documentos desta Comarca, e reconhecida pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação;

Considerando que, por ato da assembleia geral dos membros da SPU, a atual Diretoria, presidida pelo Cônego Alcides Guareschi, está devidamente reguistrada [sic] nos órgãos competentes e reconhecida pelos Poderes Constituídos e pelo Ministério da Educação e Cultura;

Considerando que César Santos e Reissoli Santos, em inquérito policial-militar por eles requerido junto ao III Exército e realizado no I/20º. R. C., desta cidade, foram considerados sem condições para continuar à testa da SPU;

Considerando os graves prejuízos para o ensino superior, em consequência desprestígio para os foros de cultura e civismo do Município de Passo Fundo;

Considerando que César Santos e Reissoli Santos são ligados a Leonel Brizola e ao Governo deposto;

Considerando que César Santos, em 31 de março de 1964, foi ao Quartel do I/20º. R. C. local solicitar forças para tomar conta da Prefeitura Municipal, e outros atos de violência que poderiam ter sacrificados inúmeras vidas da região, a começar pela de S. Exa. Revda. Dom Cláudio Colling;

Considerando que Mário Hoppe, é líder ademarista;

Considerando que Wilson Lopes deve ter sido ludibriado na sua boa fé;

Considerando que César Santos foi vencido no Mandato de segurança no. 45.114, junto ao Tribunal Federal de Recursos, no Distrito Federal, movido contra o Ministério do Estado dos Negócios da Educação e Cultura e contra o Governo do Estado do Rio Grande do Sul[...];

Considerando César Santos e seus acompanhantes penetraram na sede da SPU e ainda lá se encontram, desafiando as autoridades;

Considerando os pronunciamentos violentos, caluniosos e injuriosos, transmitidos pela Rádio Passo Fundo e as notícias inverídicas divulgadas pelo “Diário da Manhã”, desta cidade;

*Considerando a situação de intranquilidade pública existente nesse Município, devido aqueles atos atentatórios dos irmãos Santos e seus seguidores*³⁸.

O Decreto teria vigência “*enquanto perdurar essa situação de violência e permanecerem os ‘irmãos Santos’ e sue [sic] bando, ilegalmente, na Direção da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo*”³⁹. A Prefeitura e seus serviços ficariam fechados “*enquanto perdurar este estado de coisas*”.⁴⁰ De um lado, a antiga Diretoria retomou o controle da SPU e imediatamente restituiu os cargos dos antigos Diretores ativos antes da Intervenção; de outro, políticos locais e opositores se mobilizam para reverter a situação juridicamente, destituindo do mando os irmãos Santos e dando seguimento à fusão da SPU e CUC, que vinha sendo articulada.

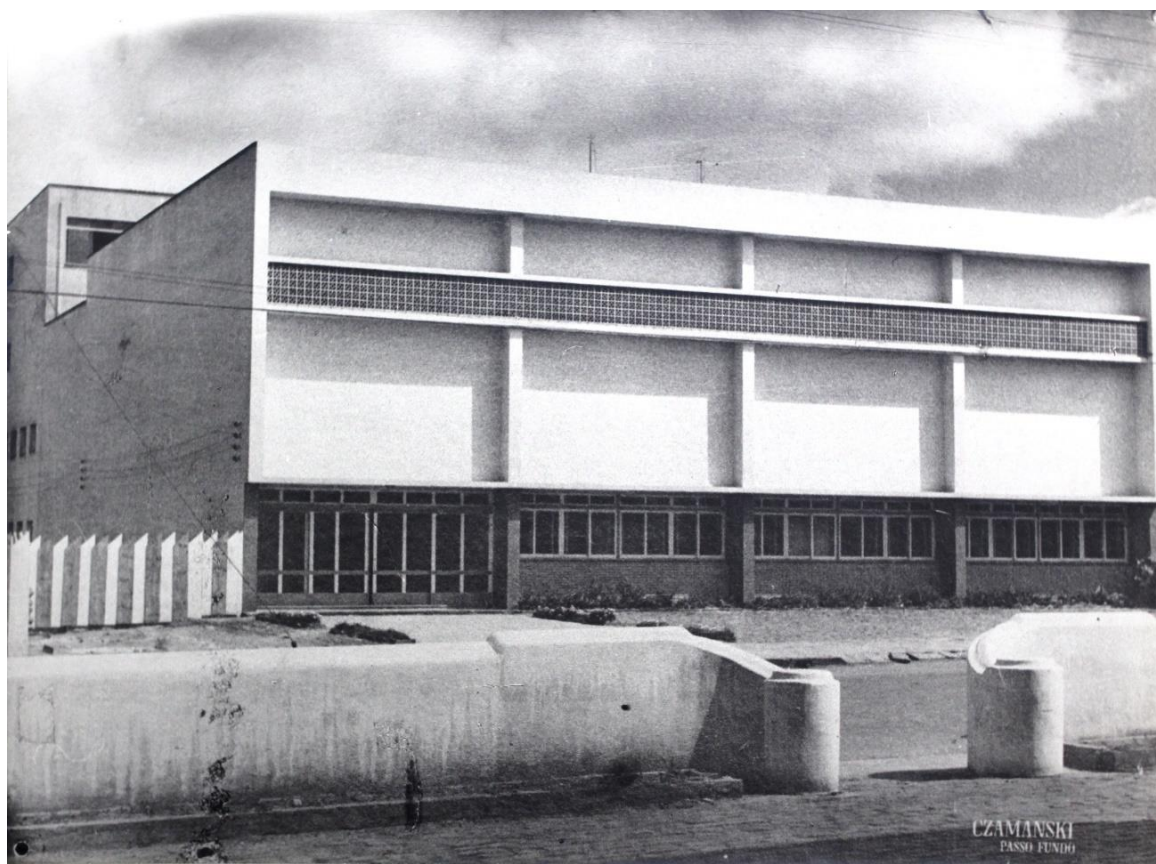


Figura 6 - Prédio da Faculdade de Filosofia do CUC - Atual Campus II (Foto Czamanski)

Menegaz travou contatos com autoridades estaduais e locais e, sem amparo do Governador, Perachi Barcellos (Arena) decidiu por impedir o retorno do grupo capitaneado pelos irmãos Santos à sede da SPU. Por determinação do chefe do Executivo municipal, os veículos e as máquinas da Prefeitura foram conduzidos por funcionários, alunos, amigos e correligionários até o centro da cidade, onde cercaram a quadra na qual se localizavam os prédios da SPU. O trânsito passou a ser organizado pelos brigadianos. Em Nota Oficial, o então Delegado Regional

de Política informou à população que, preventivamente, visando manter a ordem e assegurar a tranquilidade pública, bem como após entendimentos entre as partes, decidiu interditar os edifícios da SPU e determinar policiamento no local, impedindo qualquer ingresso dos envolvidos, até nova decisão⁴¹. As máquinas da Prefeitura foram retiradas das ruas. O tema ganhou manchetes locais e mesmo nacionais. Autoridades foram instigadas a dar seu parecer sobre os acontecimentos e é nessa situação que Dom Cláudio Colling expressa sua posição acerca do envolvimento do Padre Guareschi, presidente da SPU, em sua atuação na entidade. Para o bispo, a decisão de participar da SPU é de foro civil, portanto, decorre da vontade pessoal dos religiosos. Dom Colling manifesta-se indicando que todos devem dedicar-se a auxiliar no desenvolvimento cultural dos jovens, palavras que autorizam o investimento do padre na SPU.

O fim da contenda parece ter derivado especialmente do mandado de segurança impetrado por Celso da Cunha Fiori, que não aceitou a restituição dos antigos diretores de Faculdades, o que diretamente o destituiu da Direção da Faculdade de Direito. A definição judicial em seu favor foi ampliada para as demais escolas. Junto a isso, César e Reissoly Santos, Mário Hoppe e Wilson Lopes foram progressivamente derrotados em suas demandas, que cessam definitivamente quando da conformação da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), derivada de decisão coletiva na Assembléia Geral da SPU, de 13 de maio, e dos membros do CUC, em 16 de maio, reunião que também estabeleceu que ficariam *“garantidos os professores da Faculdade de Filosofia quanto à sua situação e orientação, não mais confessional, mas cristã”*⁴². Essa importante alteração de perspectiva articula-se à defesa do ecumenismo propugnada por muitos grupos católicos há décadas, tendo este sido consolidado nos documentos finais do Concílio Vaticano II (1962-1965).

A criação da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), autorizada a funcionar em 1967, e sua quase que imediata declaração como de utilidade pública pelos Decretos n.º. 7/67 da Prefeitura Municipal, n.º. 18.679/67 do governo estadual e n.º. 62.575/68 do governo federal, revelam a profícua articulação política que levou a bom termo as negociações da fusão e, não menos importante, à depuração dos próceres do trabalhismo nas Faculdades locais do ensino superior. Sua articulação tornou possível que no ano seguinte fosse enfim realizado o sonho dos defensores de uma universidade local, aventado há anos. Não tivemos aqui uma história linear, harmônica, tranquilizadora. Todavia, tivemos nesse processo de praticamente duas décadas tensões, embates, problemas, reveses. Sobretudo, tivemos ação coletiva. Esta história é rica pela sua constituição comunitária, pelo investimento dos agentes mais evidentes, certamente. É uma história rica sobretudo porque foi sustentada pelo trabalho de inúmeros cidadãos cômicos do

valor de implementar na região uma universidade – agora cinquentona, mas não menos essencial para os que ainda preconizam o ensino superior e a liberdade de conhecer.

Referências:

ANNES, Alceu Oliveira. *Compêndio Ilustrado da Genealogia Lucas Annes*. Atualizado em 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf>> Acesso em 28 de abril de 2018.

ANNES, Murilo Coutinho. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986. (Dossiê com 14 anexos). Passo Fundo, novembro de 1999.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações - SNI. Termo de busca: Fundação Universidade de Passo Fundo. 1969-1990.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. **Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967**. 2006: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BISPADO DE SANTA MARIA. Livro Registro Do Tombo no. III de Nossa Senhora da Conceição – Passo Fundo. Livro 03, 1950-1978.

CADERNO DE DEPOIMENTOS. Livro de Ouro - Depoimentos sobre a Faculdade de Direito. 1955-1962. Apostila. 21 pág.

CHIARAMONTE, Mons. Paulo. [Carta] 21 de junho de 1956, Passo Fundo/RS [para] SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Passo Fundo/RS. 1f. [Carta anexada ao Livro de Atas do Conselho da SPU – Livro 01].

COLLING, Dom Cláudio. [Carta] 23 de abril de 1959, Passo Fundo/RS [para] ROSSI, Dom Agnelo. Barra do Piraí/RJ 1f.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO – Universidade de Passo Fundo. Livro de Atas. Livro 01, 1968-1993.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO – Universidade de Passo Fundo. Livro de Atas. Livro 02, 1993-2001.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO – Universidade de Passo Fundo. Livro de Atas. Livro 03, 2001-2008.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO – Universidade de Passo Fundo. Livro de Atas. Livro 04, 2008-2017.

CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Livro 01, 1956-1967.

GUARESCHI, Alcides. **O processo de construção da universidade de Passo Fundo**. 8 volumes. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

INSTITUTO DE ARTES. Universidade de Passo Fundo. Resultado do Edital de Concurso para escolha de Letra e Música da UPF – 1993 – 25 Anos. Passo Fundo, 1992. 02 pg.

PASSO FUNDO. Lei no. 1.070 de 24 de abril de 1964. Determina a reversão da Rádio Universitária. Gabinete do Prefeito, em 24 de abril de 1964. Mário Menegaz - Prefeito.

PASSO FUNDO. Lei no. 1.071 de 29 de abril de 1964. Determina a reversão do Hospital das Clínicas. Gabinete do Prefeito, em 29 de abril de 1964. Mário Menegaz - Prefeito.

PASSO FUNDO. Lei no. 942 de 13 de julho de 1961. Autoriza a doação do Hospital Municipal à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e dá outras providências. Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 1961. Benoni Rosado - Prefeito.

REITORIA DA UPF. Reunião de avaliação dos trabalhos desencadeados pelos Centros de Extensão Universitária. Ata número 01/91 realizada no dia 18 de janeiro de 1991.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N. 2456/1957. Concede auxílio de Cr\$ 10.000.000,00 a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo para a construção da Cidade Universitária. 05 de abril de 1957.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N. 1942 de 1960. Federaliza a Faculdade de Direito de Passo Fundo – RGS, mantida pela Sociedade Pró Universidade de Passo Fundo e dá outras providências. 20 de junho de 1960.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N. 7461/1986. Autoriza o Poder Executivo a Federalizar a Fundação Universidade de Passo Fundo. 05 de maio de 1986.

REVISTA DE ANUÁRIO. Passo Fundo/RS: Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, 1957/1967.

SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Livro 01, 1950-1954.

SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Livro 03, 1960-1963.

SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Livro 04, 1964-1968.

SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria e Conselho. Livro 01, 1964.

SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Intervenção na SPU. Livro 01, 1964.

SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas do Conselho da SPU. Livro 01, 1953-1963.

Notas:

¹ Excerto de: SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Ata número 125, de 04 de julho de 1961. Livro 03, p. 12-13v

² Agradeço a leitura atenta e as sugestões de Sandra Mara Benvegnú, autora da dissertação *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967* (PPGH, 2006).

³ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: gizele@upf.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0942-9498>

⁴ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Livro 01. Atas III e IV, de 02 e 03 de fevereiro de 1950, p. 03 a 04v.

⁵ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Ata nº. 17, 13 de outubro de 1953. Livro 01, p. 14-15. / SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de atas do Conselho da SPU. Ata nº. 7, de 15 de dezembro de 1953. Livro 01, p. 05-06v.

⁶ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Ata n. 20, de 07 de novembro de 1953. Livro 01, p. 17-18v.

- ⁷ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de atas do Conselho da SPU. Ata nº. 18, de 18 de junho de 1956. Livro 01, p. 21-23v.
- ⁸ FACULDADE DE DIREITO DE PASSO FUNDO. Ata de Lançamento do marco inaugural da “Cidade Universitária” de Passo Fundo. 20 de dezembro de 1957. Livro de Ouro, p. 17-18.
- ⁹ CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Ata 06, de 08 de abril de 1958. Livro 01, p. 06v-07v.
- ¹⁰ CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Ata 07, de 23 de agosto de 1958. Livro 01, p. 08-09.
- ¹¹ ANNES, Murilo Coutinho. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986. Passo Fundo, novembro de 1999, p. 02.
- ¹² CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Ata 08, de 14 de fevereiro de 1959. Livro 01, p. 9-10v.
- ¹³ COLLING, Dom Cláudio. [Carta] 23 de abril de 1959, Passo Fundo/RS [para] ROSSI, Dom Agnelo. Barra do Pirai/RJ 1f.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ COLLING, Dom Cláudio. [Carta] 23 de abril de 1959, Passo Fundo/RS [para] ROSSI, Dom Agnelo. Barra do Pirai/RJ 1f.
- ¹⁶ Idem.
- ¹⁷ ANNES, Alceu Oliveira. Compêndio Ilustrado da Genealogia Lucas Annes. Atualizado em 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf>> Acesso em 28 de abril de 2018.
- ¹⁸ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de atas do Conselho da SPU. Ata no. 21, de 07 de outubro de 1960. Livro 01, p. 27v-28v.
- ¹⁹ CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Ata 01/60 de 13 de abril de 1960. Livro 01, p. 10v-12.
- ²⁰ REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N. 1942 de 1960. Federaliza a Faculdade de Direito de Passo Fundo – RGS, mantida pela Sociedade Pró Universidade de Passo Fundo e dá outras providências. 20 de junho de 1960.
- ²¹ Idem.
- ²² SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Ata número 125, de 04 de julho de 1961. Livro 03, p. 12-13v.
- ²³ CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Ata 02/61, de 16 de agosto de 1961. Livro 01, p. 14-15v.
- ²⁴ CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Ata 03/61, de 18 de dezembro de 1961. Livro 01, p. 15v-16v.
- ²⁵ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Ata número 139, de 02 de janeiro de 1962. Livro 03, p. 24-24v.
- ²⁶ CENTRO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE AGRONOMIA. Fechamento da Faculdade de Agronomia pela SPU, 28 de fevereiro de 1963. In: ANNES, Murilo Coutinho. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986. (Dossiê). Passo Fundo, novembro de 1999.
- ²⁷ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Diretoria da SPU. Ata número 165, de 30 de agosto de 1963. Livro 03, p. 39v-40.

- ²⁸ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de atas do Conselho da SPU. Sessão conjunta da Diretoria e do Conselho da SPU. Cópia da ata nº 170 do livro de atas da Diretoria SPU. 01 de novembro de 1963. Livro 01, p. 30v-31.
- ²⁹ MENEGHETTI, Ildo. Ofício G/92 do Governador do Estado ao Ministro da Educação. s/d. In: ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986*. (Dossiê). Passo Fundo, novembro de 1999.
- ³⁰ ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo*. Passo Fundo, novembro de 1999.
- ³¹ SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Livro de Atas da Intervenção na SPU. Ata número 01 de 04 de maio de 1964. Livro 04, p. 02- 03v.
- ³² ANNES, Murilo Coutinho. Relatório da Interventoria da SPU, 23 de junho de 1964. In: ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986*. (Dossiê). Passo Fundo, novembro de 1999.
- ³³ Idem.
- ³⁴ Ibidem.
- ³⁵ SILVA, Ary Caldeira da. Relatório do Gabinete do Governador, 27 de janeiro de 1965. In: ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986*. (Dossiê). Passo Fundo, novembro de 1999.
- ³⁶ FATOS que envolveram a SPU antes e depois da Intervenção Estadual – Depoimento da outra parte, 1964. In: ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986*. (Dossiê). Passo Fundo, novembro de 1999.
- ³⁶ Idem.
- ³⁷ LACERDA, Flávio Suplicy de. Aviso nº. 1826 ao Governador Ildo Meneghetti, de 23 de setembro de 1964. In: ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986*. (Dossiê). Passo Fundo, novembro de 1999.
- ³⁸ MENEGAZ, Mário. Decreto nº. 1/67, de 04 de fevereiro de 1967. Apud: CAFRUNI, Jorge Edeth. Relato dos acontecimentos. In: ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo 1950-1986*. (Dossiê). Passo Fundo, novembro de 1999.
- ³⁹ Idem.
- ⁴⁰ Ibidem.
- ⁴¹ MARQUES, Ataulpa de Freitas. Nota Oficial. Fundo Mário Menegaz. Instituto Histórico de Passo Fundo. Pasta 03 – Correspondências Recebidas / Entrevistas.
- ⁴² CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO. Livro de Atas. Ata 02/67, de 16 de maio de 1967. Livro 01, p. 19v-20v.